

Stefano Ribeiro Ferri*

A crise da leitura em tempos de atenção fragmentada

A 6ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Ipec – Inteligência em Pesquisa e Consultoria, apresenta uma grave constatação: mais da metade da população brasileira não lê. Pela primeira vez desde o início da pesquisa, os brasileiros que não costumam ler um livro são a maioria. Nos últimos cinco anos, o país perdeu 6,7 milhões de leitores. Isso envolve todas as classes sociais, faixas etárias e níveis de escolaridade.

Mais do que um problema de acesso, renda ou escolaridade, a queda do número de leitores parece refletir uma crise mais profunda: a dificuldade crescente de manter a concentração em um ambiente

marcado pelo vício das telas, por redes sociais recheadas de algoritmos, vídeos curtos, consumo compulsivo e acelerado de conteúdo. Tudo programado para capturar fragmentos da nossa atenção. Há uma verdadeira competição pelo tempo das pessoas e por recursos financeiros.

É notório o esforço que a leitura passou a exigir em decorrência do contato constante com os dispositivos digitais. Não por dificuldade intelectual, mas por algo mais básico: atenção. Aquela atenção contínua, silenciosa, que não rende notificações e curtidas. Muitas pessoas têm sentido na pele esse dilema. Exige-se persistência para resistir à tentação de inter-

romper a leitura, olhar mensagens, notícias ou vídeos. Não porque o livro seja entediante, mas porque o corpo parece estar em constante estado de alerta. A leitura, por outro lado, requer calma.

A dificuldade de manter leitores não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. No artigo “Why Did the Novel-Reading Man Disappear?”, de Joseph Bernstein, publicado pelo jornal The New York Times, o autor questiona por que o leitor de romances desapareceu. O texto passa por livrarias, editores, professores e hábitos de consumo cultural, tentando entender se houve uma perda de interesse pela ficção ou uma mudança mais profunda na forma como as

pessoas estão se relacionando com a leitura.

Estamos vivendo uma época em que, aparentemente, manter foco suficiente para atravessar uma narrativa mais longa se tornou um desafio hercúleo. Isso diz menos sobre preferência literária do que como treinamos (ou abandonamos) nossa capacidade de concentração.

***Especialista em Direito do Consumidor. Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP e membro da Comissão de Direito Civil da OAB - Campinas. Formado em direito pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).**

Benito Liao*

Apelo de Taiwan para OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenha um papel fundamental na promoção da cooperação internacional, no compartilhamento de conhecimento e na coordenação de esforços globais em saúde e medicina. Entretanto, apesar dos esforços contínuos de Taiwan para participar da organização nos últimos anos, sua inclusão tem enfrentado obstáculos decorrentes de pressões políticas internacionais. Este ano marca o décimo ano consecutivo em que Taiwan não foi convidada para participar da Assembleia Mundial da Saúde.

Ainda assim, Taiwan reafirma seu compromisso com os princípios da saúde pública global e com

a cooperação internacional. Assim como diversos outros países, Taiwan enfrentou importantes crises sanitárias internacionais, incluindo a epidemia de SARS e a pandemia de Covid-19. O governo e o povo taiwanês acreditam que os direitos de seus cidadãos não devem ser ignorados e defendem que Taiwan possui capacidade e experiência para contribuir de maneira significativa com a comunidade internacional.

Como parte desse esforço, Taiwan organizou este ano a Exposição “Taiwan Smart Medical & Health Tech Expo”, em Genebra, no período de 17 a 19 de maio. Teve como objetivo transmitir

uma mensagem clara à comunidade internacional: Taiwan está pronta e apta para atuar como uma parceira relevante e colaborativa no setor global de saúde, apesar de continuar excluída da OMS.

A exposição evidencia a capacidade tecnológica de inteligência artificial e a sólida experiência de Taiwan nas áreas de medicina, saúde pública e bem-estar social, manifestando a disposição do país em compartilhar conhecimento e colaborar com iniciativas internacionais voltadas à saúde global.

Brasil e Taiwan compartilham valores universais importantes, como democracia, liberdade,

direitos humanos e o compromisso com o bem-estar das populações. Nesse contexto, gostaria de manifestar o meu agradecimento aos amigos brasileiros que acompanham com atenção as questões relacionadas à saúde global e ao papel de Taiwan na comunidade internacional. Convido a sociedade brasileira a apoiar de forma corajosa e construtiva a participação de Taiwan na OMS, em defesa dos direitos e das legítimas aspirações dos seus 23 milhões de habitantes.

***Representante do Escritório Econômico e Cultural de Taipei no Brasil**

Nara Fernandes de Oliveira*

Visão de uma professora: como a IA já está presente nas salas de aula

A cena já se tornou comum em muitas salas de aula: “Professora, posso usar o ChatGPT?”. Nos últimos anos, essa pergunta passou a fazer parte do cotidiano escolar. A cada geração surgem novos elementos capazes de disputar a atenção dos estudantes, mas o fenômeno atual é particularmente instigante, pois reflete o acesso massificado às tecnologias digitais e, especialmente, à inteligência artificial generativa.

Assim que essas tecnologias chagaram ao público, o ambiente escolar foi imediatamente impactado. Não se trata apenas de uma nova forma de pesquisar conteúdos, mas de uma mudança significativa na própria dinâmica de produção do conhecimento. Para nós, professores, estabeleceu-se um novo paradigma: desenvolver habilidades para a aplicação pedagógica da IA ou permitir que ela se torne mais uma dificuldade no processo educativo.

Já diz o ditado popular: “se não pode com eles, junte-se a eles”. Na educação, essa ideia precisa ser entendida como a disposição para revisar práticas, questionar modelos tradicionais e abrir espaço para novas possibilidades pedagógicas. Esse movimento contribui para o desenvolvimento profissional docente e permite dialogar com uma geração que já nasce inserida na cultura digital, acostumada à rapidez das informações e à interação constante com tecnologias.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece essa realidade ao incluir a Cultura Digital como uma de suas competências gerais, reforçando a necessidade de formar seres capazes de atuar de maneira crítica e responsável no mundo contemporâneo. Soma-se a isso a BNCC Computação, cuja implementação avança nas redes de ensino e fortalece o compromisso com o

desenvolvimento da fluência digital.

É recorrente a crítica de que a escola não acompanha a evolução tecnológica. Ao longo dos meus quase 25 anos de magistério, percebo que essa discussão exige também uma reflexão interna. Embora os investimentos públicos nem sempre avancem na velocidade desejada, cabe perguntarmos: estamos aproveitando os recursos já disponíveis? Buscamos as formações gratuitas ofertadas? Procuramos compreender as novas normativas educacionais e suas atualizações? A incorporação das tecnologias não depende unicamente de infraestrutura, mas também de iniciativa, curiosidade profissional e disposição para aprender continuamente. Planejar aulas que contemplem competências digitais e midiáticas exige um deslocamento importante do papel docente. Gradualmente, deixamos de ocupar somente o lugar de transmissores de conteúdos para assumir, de forma mais evidente, a função de mediadores da construção do conhecimento. Nesse contexto, a inteligência artificial tem a potencialidade de atuar como apoio ao planejamento e como fonte de inspiração pedagógica. Em minha prática, utilizo comandos detalhados para estruturar planos de aula, descrevendo o público-alvo, a faixa etária, a carga horária, as habilidades a serem desenvolvidas e o objeto de conhecimento trabalhado.

Organizo o planejamento a partir dos três momentos da Gestão da Aprendizagem — Problematização, Desenvolvimento e Sistematização — e solicito sugestões de atividades e avaliações. As respostas geradas raramente são definitivas: precisam ser revistas, ajustadas e refinadas. Quando o resultado não atende às expectativas, reformulo o comando e continuo o diálogo, transformando o

emprego da IA em um exercício criativo e reflexivo.

Com essa demanda emergente, plataformas educacionais começaram a integrar recursos de inteligência artificial às suas soluções, ampliando o acesso em escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro. Ainda existem desafios importantes, especialmente relacionados à conectividade, mas em contextos onde há investimento tecnológico e organização pedagógica, a experiência tem se mostrado positiva.

No Colégio Estadual Barão de Tefé, uma escola pública com vocação empreendedora, utilizando tablets e a plataforma ProfessorIA, com a assistente de IA Maria de Fátima, desenvolvi, em 2025, o tema “Contos de Cavalaria” com turmas do 1º ano do Ensino Médio. O objetivo era apresentar aos alunos obras como Rei Arthur e os Cavaleiros da Távola Redonda, Dom Quixote e Robin Hood, e dar-lhes instrumentos para que compreendessem a estrutura do gênero para posteriormente produzir narrativas visuais. Na ausência dos livros digitais, ensinei aos estudantes como elaborar prompts para explorar as histórias, produzir sínteses e avançar nas atividades propostas. A experiência demonstrou que aprender a formular boas perguntas também é crucial.

Com as turmas do 3º ano, a inteligência artificial foi incorporada a um percurso de alfabetização científica dentro do componente Projeto de Pesquisa. O foco permaneceu no rigor metodológico: primeiro o “saber fazer”, depois a ferramenta. Os alunos aprenderam a criar prompts para localizar referenciais teóricos, exigir links e fontes confiáveis e revisar seus próprios textos, sempre preservando a autoria. Ficou evidente que a IA não substituiu o pensamento científico, mas é capaz de apoiar sua

construção quando utilizada com critérios pedagógicos claros.

Trabalhar com inteligência artificial no cotidiano escolar, portanto, significa atuar com intencionalidade pedagógica. Não se trata de permitir ou não o uso da tecnologia, mas de criar situações de aprendizagem em que o dispositivo esteja a serviço do pensamento crítico — e não o contrário. Integrar-se à chamada Educação 4.0 é transformar a pergunta inicial do estudante em um convite ao aprendizado conjunto: aprender, professores e alunos, a utilizar tais possibilidades de maneira ética, responsável e consciente. Dessa forma, a IA não serve apenas para otimizar tempo ou automatizar tarefas; ela pode ampliar possibilidades de aprendizagem, estimular a criatividade e favorecer práticas pedagógicas mais personalizadas.

Para ensinar a utilização adequada dessas tecnologias, é necessário que o próprio professor desenvolva suas competências digitais, compreendendo como elaborar prompts, analisar criticamente as respostas geradas e discutir limites, riscos e potencialidades. Ao assumir essa postura, reafirmamos nosso papel como mediadores do processo ensino-aprendizagem. O protagonismo continua sendo humano. A tecnologia permanece no lugar que lhe cabe: o de ferramenta que apoia, inspira e amplia a jornada educativa, sem substituir a essência da educação, que é o encontro entre pessoas que aprendem juntas.

***Educadora há 24 anos e atua como coordenadora pedagógica no município de Angra dos Reis e como professora na rede estadual do Rio de Janeiro.**